AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO PARAGUAI"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987; e

Considerando que a cooperação técnica na área de assessoria jurídica à Presidência da República se reveste de especial interesse para as Partes, com base no benefício mútuo, e que a capacitação de técnicos e funcionários governamentais na referida área contribui para uma melhor formulação de procedimentos e de ferramentas apropriadas à solução de questões relativas à elaboração de atos normativos,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional da Assessoria Jurídica da Presidência da República do Paraguai", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é intercambiar conhecimentos e experiências entre os Governos do Brasil e do Paraguai no âmbito de assessoria jurídica governamental, proporcionando o fortalecimento institucional

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados no âmbito do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, pelo acompanhamento e pela avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar; e

c) a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil como instituição co-executora das atividades resultantes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Paraguai designa:

a) a Direção Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar; e

b) a Diretoria Geral de Assessoramento Jurídico da Presidência da República do Paraguai como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Paraguai as atividades de cooperação técnica prevista no Projeto;

b) receber técnicos paraguaios no Brasil para serem capacitados; e

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República do Paraguai cabe:

a) designar técnicos paraguaios para participar das atividades previstas no Projeto;

b) disponibilizar instalações e infraestrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) prestar apoio operacional aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante o fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional das Partes.

Artigo IV

Para a execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais, distintos do presente Ajuste Complementar.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Paraguai.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II deste Ajuste Complementar elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, renováveis automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo decisão em contrário de qualquer das Partes.

Artigo VIII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou execução do presente Ajuste Complementar será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data de recebimento da referida notificação.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado, a qualquer momento, por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

Artigo XI

No que se refere às questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987.

Feito em Assunção, em 28 de JUNHO de 2011, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antonio de Aguiar Patriota
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

Jorge Lara Castro
Ministro das Relações Exteriores

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY PARA LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO "FORTALECIMIENTO INSTITUCIONAL DEL ASESORAMIENTO JURÍDICO DE LA PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY"

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno da la República del Paraguay
(en adelante denominados "las Partes"),

Considerando que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas al amparo del acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay, firmado en Asunción, el 27 de octubre de 1987; y

Considerando que la cooperación técnica en el área de asesoramiento jurídico de la Presidencia de la República es de especial interés para las Partes, base el beneficio mutuo; y que la capacitación de técnicos y funcionarios del Gobierno en el área contribuye a una mejor formulación de procedimientos y herramientas adecuadas para resolver cuestiones relativas a la preparación de actos normativos;

Acuerdan lo siguiente:

Artículo I

1. El presente Acuerdo Complementario tiene como objetivo la implementación del Proyecto "Fortalecimiento Institucional del Asesoramiento Jurídico de la Presidencia de la República del Paraguay", en adelante denominado "Proyecto", cuya finalidad es el intercambio de conocimientos y experiencias entre los Gobiernos de Brasil y Paraguay en el ámbito del asesoramiento jurídico gubernamental, proporcionando el fortalecimiento institucional.

2. El Proyecto contemplará los objetivos, las actividades y los resultados a alcanzar en el ámbito del presente Acuerdo Complementario.

3. El Proyecto será aprobado y firmado por las instituciones coordinadoras y ejecutoras.

Artículo II

1. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa a:

a) la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como institución responsable de la coordinación, del seguimiento y de la evaluación de las acciones resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

b) la Subjefatura para Asuntos Jurídicos de la Casa Civil de la Presidencia de la República Federativa del Brasil como la institución responsable de la ejecución de las actividades bajo el presente Acuerdo Complementario; y

c) la Secretaría de Asuntos Legislativos del Ministerio de la Justicia de la República Federativa del Brasil como la institución co-ejecutora de las actividades bajo el presente Acuerdo Complementario.

2. El Gobierno de la República del Paraguay designa a:

a) la Dirección General de Cooperación Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores como la institución responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las acciones resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

b) la Dirección General de Asesoramiento Jurídico de la Presidencia de la República del Paraguay como institución responsable de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

Artículo III

1. Corresponde al Gobierno de la República Federativa del Brasil:

a) designar y enviar técnicos para desarrollar en Paraguay las actividades de cooperación técnica prevista en el Proyecto;

b) recibir técnicos paraguayos en Brasil para que sean capacitados; y

c) hacer el seguimiento y la evaluación del desarrollo del Proyecto.

2. Corresponde al Gobierno de la República del Paraguay:

a) designar técnicos paraguayos para participar de las actividades previstas en el Proyecto;

b) poner a disposición instalaciones e infraestructura adecuadas para la ejecución de las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto;

c) otorgar apoyo operacional a los técnicos enviados por el Gobierno Brasileño, mediante el suministro de todas las informaciones necesarias a la ejecución del Proyecto; y

d) realizar el seguimiento y la evaluación del desarrollo del Proyecto.

3. El presente Acuerdo Complementario no implica ningún compromiso de transferencia de recursos financieros o cualquier otra actividad gravosa al patrimonio nacional de las Partes.

Artículo IV

En la ejecución de las actividades previstas en el Proyecto, las Partes podrán disponer de recursos de instituciones públicas y privadas, de organismos internacionales, de agencias de cooperación técnica, de fondos y de programas regionales e internacionales, que deberán estar previstos en otros instrumentos legales, distintos del presente Acuerdo Complementario.

Artículo V

Todas las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y a los reglamentos vigentes en la República Federativa del Brasil y en la República del Paraguay.

Artículo VI

1. Las instituciones ejecutoras mencionadas en el Artículo II de este Acuerdo Complementario elaborarán informes sobre los resultados alcanzados en el Proyecto, los cuales serán presentados a las instituciones coordinadoras.

2. Los documentos resultantes de las actividades desarrolladas en el ámbito del Proyecto serán propiedad conjunta de las Partes. Si se publican los referidos documentos, las Partes deberán ser consultadas previa y formalmente y mencionadas en la publicación.

Artículo VII

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma, y tendrá vigencia de dos (2) años, renovables automáticamente, hasta el cumplimiento de su objetivo, salvo decisión en contrario de cualquiera de las Partes.

Artículo VIII

Cualquier controversia relativa a la interpretación o ejecución del presente Acuerdo Complementario será resuelta por negociación directa entre las Partes, por la vía diplomática.

Artículo IX

Cualquiera de las Partes podrá notificar, en cualquier momento, por la vía diplomática, su decisión de denunciar el presente Acuerdo Complementario, siendo las Partes responsables de decidir sobre la continuidad de las actividades que se encuentren en ejecución. La denuncia tendrá efecto tres (3) meses después de la fecha de recepción de la respectiva notificación.

Artículo X

El presente Acuerdo Complementario podrá ser enmendado, en cualquier momento, por consentimiento mutuo de las Partes, por la vía diplomática.

Artículo XI

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República del Paraguay, firmado en Asunción el 27 de octubre de 1987.

Hecho en Asunción, el de de 2011, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y en español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY